

7. Justiça Militar Estadual

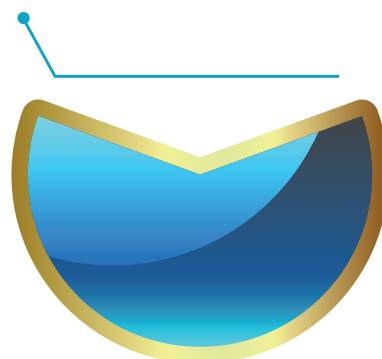
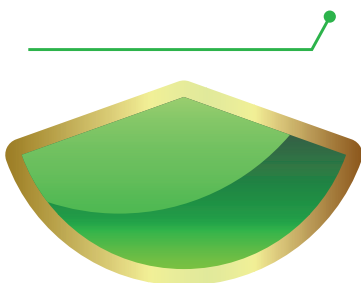
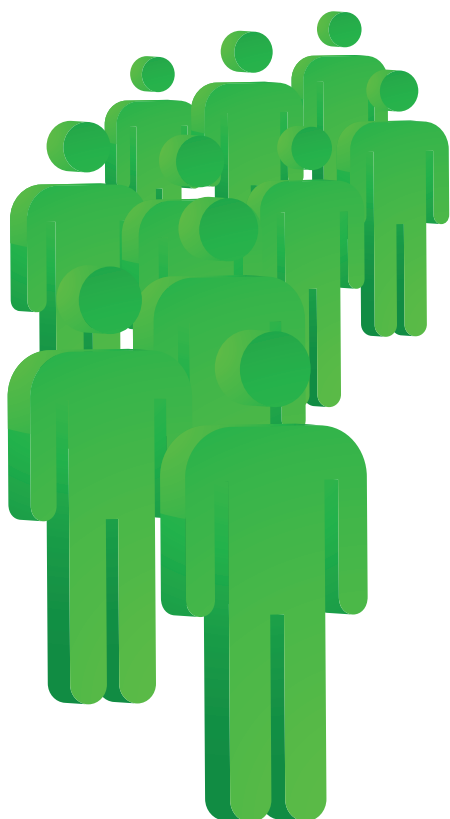
Nesta seção, serão analisadas as informações colhidas nos Tribunais de Justiça Militares (TJMs). Destaca-se que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o disposto no art. 4º da Resolução CNJ n. 76/2009.

Segundo o art. 125, § 3º da Constituição Federal, os estados, por meio de lei de iniciativa de seus Tribunais de Justiça, podem criar a Justiça Militar estadual, que no primeiro grau é composta por juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar. Ressalte-se que a criação de Tribunal Militar somente é possível nos estados que possuam efetivo superior a vinte mil integrantes.

Os dados relacionados à Justiça Militar integrada no próprio corpo do Tribunal de Justiça já são analisados quando do estudo da Justiça Estadual, portanto, neste tópico, serão considerados somente os Tribunais de Justiça Militares (TJMs).

Apenas três estados possuem TJMs: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nestes estados, a Justiça Militar é estruturada em duas instâncias: a primeira é constituída pelos juízes de Direito do Juízo Militar e pelos Conselhos de Justiça, os quais atuam nas auditorias militares; e a segunda instância, pelos TJMs, composta por juízes que integram esses órgãos.

Compete a esses tribunais processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil (art. 125, § 4º da Constituição Federal).

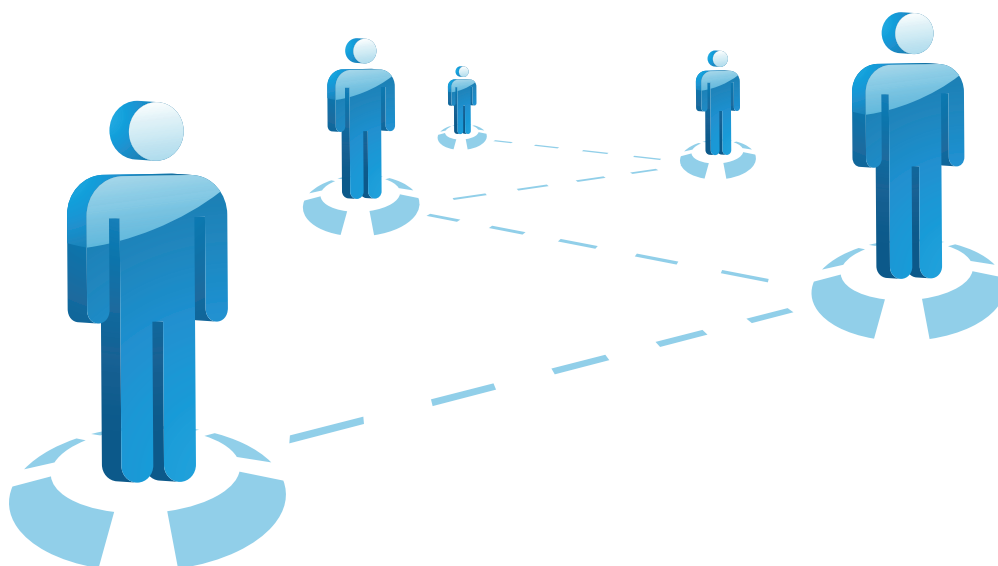


7.1 Infográficos

A seguir, apresentam-se os infográficos, na seguinte ordem: variáveis relacionadas às despesas e força de trabalho e indicadores de magistrado, produtividade e, por fim, os de movimentação processual.

Todos os valores monetários de 2009 a 2011 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dezembro 2012.

Por se tratar de um índice, a variação do percentual de despesas e a variação da taxa de congestionamento são preferencialmente analisadas em termos absolutos, em pontos percentuais.



Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais



Orçamento

R\$ 40.852.562 (0,01% PIB)
↑ Δ 23,4% > 2011

Aumento de 23,4% da despesa total decorrente do aumento de 343,9% da despesa com bens e serviços.



Bens/Serviços
R\$ 11.185.318
↑ Δ 343,9% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 29.667.244
↓ Δ -3,0% < 2011



Informática
R\$ 731.166
↓ Δ -49,7% < 2011



Ativos
R\$ 21.336.836
↑ Δ 2,0% > 2011






Inativos
R\$ 7.525.350
↓ Δ -16,3% < 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	7	0,0%
1º Grau	6	0,0%
Total Magistrados	13	0,0%







Diminuição de 8,4% do total de servidores efetivos somados aos requisitados e excluídos os cedidos.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	80	↓ -2,4%
Cedidos	1	
Requisitados	30	↓ -18,9%
Sem Vínculo Efetivo	29	0,0%
Terceirizados	14	0,0%
Estagiários	9	↑ 12,5%
Total Servidores	161	↓ -5,3%

Indicadores por Magistrado











	 Carga de Trab.	 Δ (+/-)	 Proc. Julgados	 Δ (+/-)	 Proc. Baixados	 Δ (+/-)
2º Grau	231	↓ -0,6%	203	↑ 14,6%	191	↑ 4,9%
1º Grau	761	↑ 5,5%	290	↑ 13,3%	478	↑ 48,2%
TJM-MG	476	↑ 3,8%	243	↑ 13,9%	324	↑ 31,0%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau	107,6%	↑ Δ 2,09	11,8%	↓ Δ -2,17	não se aplica	
1º Grau	133,7%	↑ Δ 52,73	36,8%	↓ Δ -18,48	42,2%	25,2%
TJM-MG	124,1%	↑ Δ 34,90	30,6%	↓ Δ -14,20	42,2%	25,2%

Diminuição da taxa de congestionamento dos processos de execução para 25,2%.

Movimentação Processual

	 Estoque	 Δ (+/-)	 Casos Novos	 Δ (+/-)	 Julgados	 Δ (+/-)	 Baixados	 Δ (+/-)	 Saldo Estimado
2º Grau	275	0,0%	1.244	↑ 2,9%	1.422	↑ 14,6%	1.339	↑ 4,9%	180
1º Grau	2.394	↑ 23,4%	2.144	↓ -10,3%	1.741	↑ 13,3%	2.867	↑ 48,2%	1.671
Total	2.669	↑ 20,5%	3.388	↓ -5,8%	3.163	↑ 13,9%	4.206	↑ 31,0%	1.851

Análise da série histórica

O Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais registrou mais de R\$ 40 milhões em despesa total, o que significou aumento de 23,4% desde o ano passado. Este valor representa 0,01% do PIB e 0,07% da despesa pública do estado. A maior parte dessa despesa (72,6%) é relativa à despesa com recursos humanos. Porém o grande aumento de despesa atribui-se às despesas de bens e serviços que aumentaram em 343,9% e chegaram ao total de R\$ 11,2 milhões.

O TJM-MG conta com 138 servidores (somando-se efetivos, requisitados, comissionados sem vínculo e excetuando os cedidos) e uma força de trabalho auxiliar no total de 23 funcionários (entre estagiários e terceirizados), o que representa um decréscimo de 2,4% dos efetivos e um acréscimo de 4,5% da força auxiliar desde 2011. Já o quadro de magistrados mantém-se desde então com 13 membros, sendo 6 deles no 1º grau e 7 no 2º. Mesmo com manutenção de magistrados e a queda do quadro efetivo, verifica-se aumento da produtividade do tribunal na série histórica.

Existem em tramitação 6.057 processos, sendo que 56% desses são casos novos. Tendo em vista que a quantidade de processos baixados foi superior a de casos novos em 24,1%, percebe-se uma diminuição da taxa de congestionamento que antes era de 44,8% e agora alcança 30,6%. A maior queda diz respeito à taxa de congestionamento de execução que alcançava 64,6% e em 2011 reduziu-se para 25,2%. Desse modo, a taxa de congestionamento dos processos de conhecimento, mesmo tendo baixado de 52,8% para 42,2% em 2011, passou a ser superior à taxa dos processos de execução.

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul



Orçamento

R\$ 20.769.645 (0,01% PIB)
 ↓ Δ -6,8% < 2011

A diminuição de 7,7% da despesa de recursos humanos acarretou redução de 6,8% da despesa total.



Bens/Serviços

0



Informática

R\$ 560.987
 ↑ Δ 107,7% > 2011



Recursos Humanos

R\$ 20.633.848
 ↓ Δ -7,7% < 2011



Ativos

R\$ 10.553.601
 ↓ Δ -13,1% < 2011



Inativos




R\$ 8.485.807
 ↓ Δ -1,5% < 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	6	0,0%
1º Grau	6	0,0%
Total Magistrados	12	0,0%








Aumento da força de trabalho em 4,3% com destaque para os terceirizados que cresceram 18,2%.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	29	↑ 3,6%
Cedidos	0	
Requisitados	34	↑ 3,0%
Sem Vínculo Efetivo	22	↑ 10,0%
Terceirizados	13	↑ 18,2%
Estagiários	23	↓ -4,2%
Total Servidores	121	↑ 4,3%

Indicadores por Magistrado











							
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)	
2º Grau	61	↓ -24,6%	67	↓ -17,4%	66	↓ -11,2%	
1º Grau	319	↓ -14,0%	144	↑ 2,0%	104	↓ -9,1%	
TJM-RS	190	↓ -15,9%	106	↓ -5,1%	85	↓ -9,9%	

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução	
2º Grau	131,0%	↑ Δ 14,01	-12,1%	↓ Δ -18,44	não se aplica		
1º Grau	59,5%	↑ Δ 4,00	67,6%	↓ Δ -1,70	45,2%	86,5%	
TJM-RS	75,6%	↑ Δ 5,52	55,2%	↓ Δ -3,01	45,2%	86,5%	

Queda da produtividade com diminuição de 5,1% dos processos julgados e 9,9% de baixados.

Movimentação Processual

										
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado	
2º Grau	51	↓ -46,3%	303	↓ -20,7%	404	↓ -17,4%	397	↓ -11,2%	d.i.	
1º Grau	872	↓ -12,2%	1.044	↓ -15,2%	865	↑ 2,0%	621	↓ -9,1%	1.295	
Total	923	↓ -15,2%	1.347	↓ -16,5%	1.269	↓ -5,1%	1.018	↓ -9,9%	1.252	

d.i.: dado inconsistente - número de baixados superior à soma dos casos novos e pendentes.

Análise da série histórica

O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul registrou diminuição de 6,8% da sua despesa total, alcançando R\$ 20,8 milhões, o que representa 0,007% do PIB e 0,05% da despesa pública do estado. A despesa com recursos humanos equivale a 99,3% da despesa total do tribunal e, por isso, a diminuição em 7,7% dessa despesa influenciou queda da despesa total.

O TJM-RS conta com um total de 85 servidores (somando-se efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo) e uma força de trabalho auxiliar de 36 funcionários (entre estagiários e terceirizados), registrando ligeiro aumento de 4,3% desde 2011. Já o quadro de magistrados manteve-se com 12 magistrados, divididos igualmente entre o 1º e o 2º graus. Mesmo com manutenção de magistrados e o aumento do quadro de servidores, verifica-se diminuição da produtividade do tribunal, que registrou queda de 5,1% nas sentenças por magistrado e 9,9% nos processos baixados por magistrado.

Dos 2.270 processos em tramitação, 59,3% são casos novos. Como o total de processos baixados foi de aproximadamente 329 processos a menos em relação aos que deram entrada no ano de 2012, tem-se no horizonte a tendência de aumento dos processos pendentes. A taxa de congestionamento, que em 2012 registrou 55,2%, revela que os processos de execução registram congestionamento de 86,5%, enquanto os processos de conhecimento registram 45,2%.

Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo



Orçamento

R\$ 45.892.345 (0,00% PIB)
↑ Δ 9,5% > 2011

À exceção das despesas com pessoal inativo, todas as demais rubricas de despesas cresceram em relação a 2011.



Bens/Serviços
R\$ 4.711.290
↑ Δ 30,3% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 39.324.613
↑ Δ 8,5% > 2011



Informática
R\$ 2.476.104
↑ Δ 329,7% > 2011



Ativos
R\$ 29.778.639
↑ Δ 7,8% > 2011






Inativos
R\$ 7.275.301
↓ Δ -8,5% < 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	7	0,0%
1º Grau	7	0,0%
Total Magistrados	14	0,0%







Quadro funcional manteve-se praticamente constante em relação ao último ano, com 14 magistrados e 266 servidores (redução de apenas 7 funcionários).

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	233	↓ -2,9%
Cedidos	4	
Requisitados	0	
Sem Vínculo Efetivo	3	
Terceirizados	11	0,0%
Estagiários	23	↑ 4,5%
Total Servidores	266	↓ -2,6%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	317	↓ -15,5%	169	↓ -12,5%	144	↓ -16,0%
1º Grau	394	↓ -4,8%	230	↓ -18,6%	188	↑ 5,5%
TJM-SP	356	↓ -9,9%	200	↓ -16,1%	166	↓ -5,1%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	133,2%	↓ Δ -1,82	47,8%	↓ Δ -1,66	não se aplica	
1º Grau	120,4%	↑ Δ 8,39	52,1%	↓ Δ -4,91	47,3%	63,2%
TJM-SP	125,7%	↑ Δ 3,41	50,3%	↓ Δ -3,29	47,3%	63,2%

Queda da produtividade e da carga de trabalho, com diminuição de 10% na carga de trabalho, 16% nas sentenças por magistrado e de 5% nos baixados por magistrado.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	1.172	↓ -21,0%	756	↓ -14,9%	1.183	↓ -12,5%	1.007	↓ -16,0%	921
1º Grau	1.650	↓ -7,5%	1.091	↓ -1,9%	1.611	↓ -18,6%	1.314	↑ 5,5%	1.427
Total	2.822	↓ -13,6%	1.847	↓ -7,7%	2.794	↓ -16,1%	2.321	↓ -5,1%	2.348

Análise da série histórica

O Tribunal de Justiça Militar de São Paulo registrou aumento de 9,5% da sua despesa total, alcançando R\$ 45,9 milhões, o que representa 0,003% do PIB e 0,027% da despesa pública do estado. A despesa com recursos humanos equivale a 85,7% da despesa total do tribunal e, portanto, o aumento de 8,5% (R\$ 3,1 milhões) dessa despesa influenciou o crescimento da despesa total.

O TJM-SP conta com 232 servidores (somando-se efetivos, comissionados sem vínculo e excetuando os cedidos) e força de trabalho auxiliar de 34 funcionários (entre estagiários e terceirizados), registrando ligeira redução de 2,6% desde 2011, tanto na força de trabalho auxiliar quanto no quadro efetivo. Não há requisitados no TJM-SP. Já o quadro de magistrados mantém-se desde então com 14 magistrados, divididos igualmente entre o 1º e o 2º graus. Mesmo com manutenção de magistrados, verifica-se diminuição da produtividade do tribunal registrando queda de 16,1% nas sentenças por magistrado e 5,1% nos processos baixados por magistrado.

Dos 4.669 processos em tramitação, 40% são casos novos e 60% já estavam pendentes desde o ano anterior. De forma geral, houve diminuição em toda movimentação processual do tribunal, com redução de 7,7% dos casos novos, 11,4% da tramitação, 5,1% dos baixados e 16,1% das sentenças. A taxa de congestionamento que em 2012 obteve leve redução, passando de 53,6% para 50,3%, ou seja, queda de 3,3 pontos percentuais. Essa queda deve-se em especial à fase de conhecimento que reduziu a taxa de 55,6% para 47,3% no último ano. Já na fase de execução, além da taxa registrada ser maior que no conhecimento (63,2%), ainda apresentou crescimento na série histórica.

Justiça Militar Estadual



Orçamento

R\$ 107.514.552

↑ Δ 10,5% > 2011

Os gastos com recursos humanos em relação às despesas totais reduziram-se de 91,6% para 83,4%, ou seja, registraram queda de 8,2 p.p.



Bens/Serviços

R\$ 15.896.608

↑ Δ 159,1% > 2011



Recursos Humanos

R\$ 89.625.705

↑ Δ 0,5% > 2011



Informática

R\$ 3.768.257

↑ Δ 63,8% > 2011



Ativos

R\$ 61.669.076

↑ Δ 1,6% > 2011






Inativos

R\$ 23.286.457




↓ Δ -8,9% < 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	20	0,0%
1º Grau	19	0,0%
Total Magistrados	39	0,0%







A força de trabalho total variou pouco, entretanto houve queda no número de servidores efetivos e requisitados, com ingresso de comissionados sem vínculo, terceirizados e estagiários.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	342	↓ -2,3%
Cedidos	5	
Requisitados	64	↓ -8,6%
Sem Vínculo Efetivo	54	↑ 10,2%
Terceirizados	38	↑ 5,6%
Estagiários	55	↑ 1,9%
Total Servidores	548	↓ -2,0%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	210	↓ -11,3%	150	↓ -2,4%	137	↓ -6,1%
1º Grau	486	↓ -2,2%	222	↓ -3,3%	253	↑ 24,3%
Justiça Militar	345	↓ -5,3%	185	↓ -2,9%	193	↑ 11,2%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	119,1%	↑ Δ 1,24	27,8%	↓ Δ -4,71	não se aplica	
1º Grau	112,2%	↑ Δ 30,57	47,8%	↓ Δ -11,33	44,3%	54,0%
Justiça Militar	114,6%	↑ Δ 20,52	41,9%	↓ Δ -8,81	44,3%	54,0%

A redução de 9 pontos percentuais na taxa de congestionamento foi ocasionada pelo bom desempenho de todos os três tribunais, já que todos reduziram suas taxas.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	1.498	↓ -19,2%	2.303	↓ -7,1%	3.009	↓ -2,4%	2.743	↓ -6,1%	1.058
1º Grau	4.916	↑ 4,2%	4.279	↓ -9,6%	4.217	↓ -3,3%	4.802	↑ 24,3%	4.393
Total	6.414	↓ -2,4%	6.582	↓ -8,7%	7.226	↓ -2,9%	7.545	↑ 11,2%	5.451

Justiça Militar Estadual: Panorama Geral

A Justiça Militar Estadual registrou aumento de 10,5% em sua despesa total (R\$ 10,2 milhões) e alcançou a cifra R\$ 107,5 milhões, o que representa 0,005% do produto interno bruto (PIB), 0,063% da despesa pública e R\$ 1,48 por habitante dos três estados que contam com Justiça Militar Estadual (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Em termos absolutos, o tribunal com maior despesa é o TJM/SP, com R\$ 46 milhões (43%), seguido do TJM/MG com R\$ 41 milhões (38%) e, por fim, o TJM/RS com R\$ 21 milhões (19%). A despesa com recursos humanos equivale a 83,4% da despesa total da Justiça, cujo índice registrou queda de 8 pontos percentuais (p.p.) desde 2011, influenciada especialmente pelo resultado do TJM/MG, que reduziu de 92% para apenas 73% a proporção da sua despesa com recursos humanos em relação à despesa total. O crescimento das despesas totais foi influenciado especialmente pela rubrica de bens e serviços, que cresceram em 159% e registraram aumento de quase R\$ 10 milhões.

Entre o total de 548 de servidores da Justiça Militar Estadual, 62% são servidores efetivos, sendo 12% requisitados, 10% comissionados sem vínculo com a administração e 17% funcionários terceirizados e estagiários. Esse quantitativo pouco variou em relação a 2011, verificando-se redução de apenas 11 funcionários, referente à saída de 14 servidores (efetivos exceto cedidos, requisitados e sem vínculo) associado ao ingresso de três terceirizados e estagiários. O quadro de 39 magistrados está dividido de forma quase equânime entre segundo grau (20) e primeiro grau (19) e manteve-se absolutamente constante de 2011 para 2012. Apesar disso, houve leve redução de 2,9% da produtividade, mensurada pela média de sentenças por magistrado, mas com aumento no número de baixados por magistrado em 11,2%.

A Justiça Militar Estadual abrange o total de 267 mil militares, o que gera a média de 15 magistrados e 204 servidores por cem mil militares. O tribunal que proporcionalmente a cem mil militares possui maior equipe de trabalho é o

TJM/RS, com 26 magistrados e 265 servidores, e a menor encontra-se no TJM/SP, com 10 magistrados e 183 servidores, fato ocasionado, especialmente, pela grande quantidade de militares no estado de São Paulo.

Em relação aos casos novos, ingressaram em média 1,7 mil processos por 100 mil militares estaduais, sendo que, no TJM/MG, foi registrado quase o dobro da média dos três tribunais.

Tramitaram quase 13 mil processos durante o ano de 2012, sendo 6.582 (51%) de casos novos e 6.414 (49%) de casos que já estavam pendentes desde o ano anterior, com queda de 5,7% em relação a 2011. Consequentemente, com a diminuição dos processos em tramitação e a manutenção do quadro de magistrados, a carga de trabalho também foi reduzida tanto no primeiro grau quanto no segundo grau e atingiu o patamar de 345 processos por magistrado.

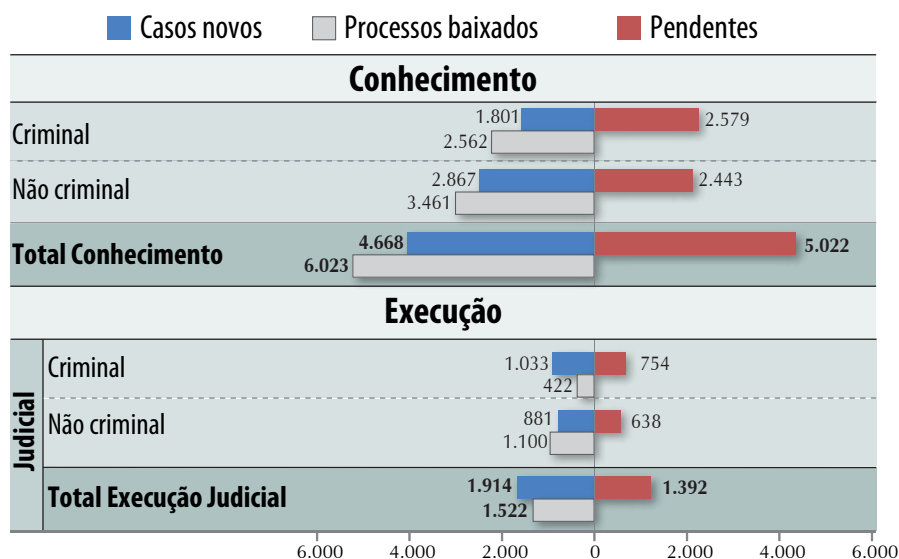
A taxa de congestionamento registrou queda de quase 9 p.p.¹ e atingiu 42%, devido à redução de 8,7% dos casos novos, de 2,4% dos casos pendentes associado ao aumento de 11,2% nos baixados. Apesar do aumento no número de baixados, as sentenças diminuíram em 3%. Por sua vez, a queda na taxa de congestionamento é decorrente do bom desempenho do segundo grau, que atingiu 28% e reduziu o índice em 5 p.p., e também, no primeiro grau, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução, tendo alcançado 44,3% na fase de conhecimento (redução de 9 p.p.) e 54% nos processos de execução (redução de 18 p.p.). Há de se registrar ainda que todos os três tribunais conseguiram reduzir suas taxas de congestionamento geral e na fase de conhecimento, entretanto, na fase de execução, o único que conseguiu este feito foi o TJM/MG.

Apesar de o TJM/SP ser o maior tribunal em termos de despesas (43% do total) e em número de servidores (49% do total), em Minas Gerais tramitou a maior parte dos processos (47%).

As variáveis referentes à litigiosidade são fornecidas pelos Tribunais de modo desagregado, de modo a permitir diferenciar o comportamento dos casos novos, pendentes, baixados e sentenças criminais dos não criminais na fase de conhecimento e das execuções judiciais penais das não penais, conforme poderá ser visto no gráfico a seguir². Um olhar mais detalhado sobre a questão da execução demonstra que a execução judicial na Justiça Militar Estadual representa 25% do total de processos em tramitação, dividida de forma quase equivalente entre as penais (46%) e não penais (56%). É interessante notar que, na fase de conhecimento, em que se espera que os processos sejam resolvidos de forma mais célere, os pendentes são mais expressivos, pois representam 52% do total em tramitação, ao passo que, na fase de execução, os pendentes representam 42%, apesar de, nessa fase, a taxa de congestionamento atingir maiores patamares.

Os processos de conhecimento em tramitação também estão distribuídos de forma relativamente proporcional entre criminais (45%) e não criminais (55%), sendo que a taxa de congestionamento de conhecimento criminal é levemente superior à da não criminal, igual a 47% e 42%, respectivamente. O número de baixados supera o de casos novos no conhecimento criminal e não criminal, fato positivo que provavelmente acarretará redução da quantidade de processos pendentes para o próximo ano, entretanto o mesmo não ocorreu na execução judicial não penal, em que os baixados não atingiram nem 50% do ingressado.

Movimentação Processual do Poder Judiciário



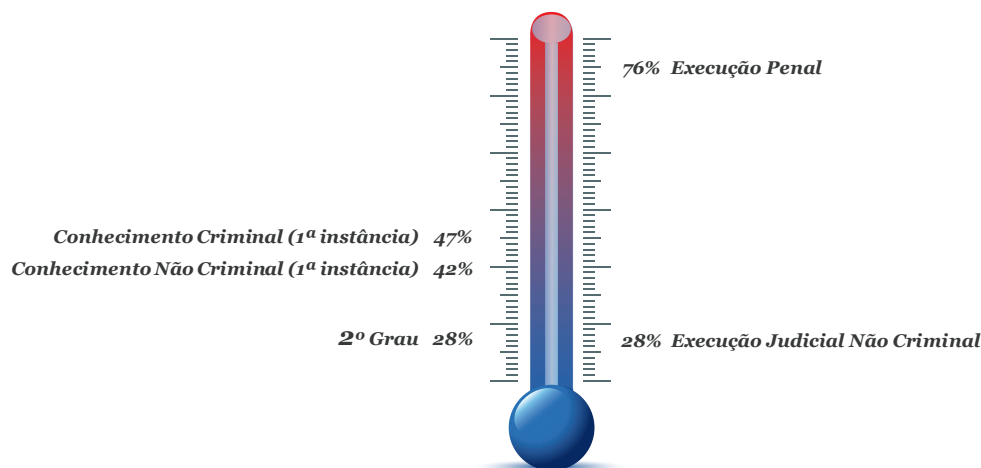
1 Por se tratar de um índice, a variação da taxa de congestionamento é preferencialmente analisada em termos absolutos, em pontos percentuais.

2 No gráfico, o conhecimento inclui a soma do segundo grau e da fase de conhecimento do primeiro grau.

A taxa de congestionamento global na fase de execução é de 54%, sendo que, na execução penal, é mais alta (76%) e, na execução judicial não criminal, é mais baixa (28%). Em relação ao ano de 2011, a taxa de congestionamento na execução penal manteve-se praticamente constante, com queda de menos de 1 p.p., entretanto, na fase de execução judicial não criminal, a taxa apresentou acentuada queda, quando passou de 64% para apenas 28%, ou seja, redução de 18 p.p.

Na fase de conhecimento, a taxa de congestionamento é de 44% e, em relação a 2011, ela caiu 9 p.p., influenciada tanto pela celeridade na resolução dos processos criminais, cuja taxa reduziu-se de 58% para 47% em 2012, quanto também nos processos não criminais, que apontaram redução no congestionamento de 47% para 42% em 2012.

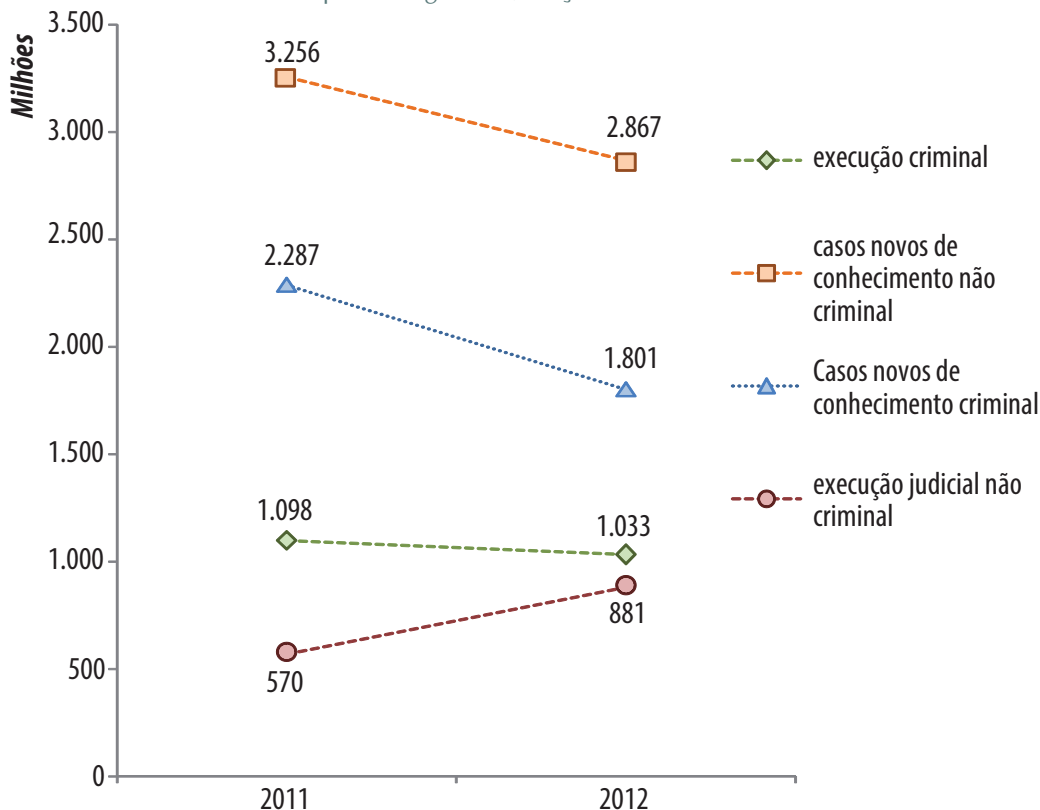
Termômetro da taxa de congestionamento



A série histórica dos dados disponíveis da Justiça Militar Estadual contém apenas dois anos, e por isso não se pode falar em tendências, mas apenas relatar o ocorrido entre 2011 e 2012. Na Justiça Militar, houve queda de 8,7% na quantidade de casos novos, que passou de 7.211 para 6.582, sendo que apenas na execução judicial não criminal houve aumento de 55%. Na fase de conhecimento não criminal, os casos novos reduziram-se em 12%, nos criminais, em 21% e nas execuções penais, em 6%.

Já a quantidade de processos baixados cresceu. Os processos de conhecimento não criminais aumentaram 5,3%, os criminais 8,7%, as execuções judiciais não penais dobraram. Dessa forma, a redução dos casos novos associada ao aumento dos baixados foi fator predominante para a redução da taxa de congestionamento em todas as fases e classes analisadas.

Casos Novos no primeiro grau da Justiça Militar Estadual 2011 x 2012



Esses, portanto, são os números da Justiça Militar Estadual no ano de 2012. No final deste relatório, está disponível o Cartão de Referência da Justiça Militar Estadual, espécie de tabela infográfica que permite a visualização de todos os dados utilizados nos infográficos e gráficos deste relatório, divididos de acordo com o porte de cada tribunal.

